

SPU Nº: _____ ÁREA DEMANDANTE: _____

OBJETO: _____

Nº 06 – CHECKLIST PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO/INEXIGIBILIDADE – F146				
		DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	RESPONSÁVEL	STATUS
PASSO 01	01	C.I ou Ofício instaurando o procedimento administrativo, com a solicitação do material, serviço ou obra, com a descrição clara e concisa do objeto que se almeja contratar	Área Demandante	
	02	Justificativa da necessidade do objeto <i>OBS: Quando a contratação for por situação emergencial ou calamitosa, deverá está descrita e justificada a situação;</i> <i>OBS: Deverá ser justificado a situação da dispensa ou de inexigibilidade de licitação, conforme o caso</i>	Área Demandante	
	03	Projeto Básico, no caso compras e serviços ou Projeto Executivo no caso de obras, elaborado e assinado pela área demandante <ul style="list-style-type: none"> • No caso de aquisição de material, elaborar a especificação do objeto com as unidades e quantidades a serem contratadas de forma detalhada e no caso de contratação de obra ou serviços, elaborar projeto básico • Em caso de obra ART 	Área Demandante	
	04	Termo de Abertura de Projeto em formulário padrão do PNAFM <ul style="list-style-type: none"> • Assinado pelo Secretário • Assinado pelo Coordenador da Área Demandante • Assinado pela pessoa que elaborou • No mesmo valor do TR • Acrescentar dotação orçamentária 	Área Demandante	
	05	Parecer técnico (<i>para fundamentar as especificações dos Projetos, se houver necessidade</i>)	Área Demandante	
	06	Propostas originais <i>OBS: No caso de fornecedor exclusivo, apenas a proposta do mesmo.</i>	Área Demandante	
	07	(*) Registro comercial, no caso de empresa individual e ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e consolidado, no caso de sociedades	Área Demandante	
	08	(*) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica	Área Demandante	
	09	(*) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, concernente ao seu ramo de atividade e compatível com o	Área Demandante	



	objeto do contrato		
10	(* Prova de regularidade com relação a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, bem como do Município de Fortaleza e do Estado do Ceará (no caso de não ser empresa com sede aqui)	Área Demandante	
11	(* Certificado de Regularidade do FGTS (CRS) – expedido pela Caixa Econômica Federal	Área Demandante	
12	(* Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União – fornecida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	Área Demandante	
13	(* Registro ou inscrição na entidade profissional competente (CREA), <u>quando se tratar de OBRA</u>	Área Demandante	
14	(* Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, essa comprovação, no caso de aquisições relativas a obras e serviços, será por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados na entidade profissional competente (CREA) <u>e por meio de certidões de acervo técnico (CAT), quando se tratar de OBRA</u>	Área Demandante	
15	(* Indicação do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem assim da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que será responsável pelo cumprimento do objeto, <u>quando se tratar de OBRA - (Excetuando no caso de compras de bens)</u>	Área Demandante	
16	(* Acervo técnico do profissional responsável (toda experiência por ele adquirida ao longo da vida profissional, compatível com as atribuições, desde que anotada a respectiva responsabilidade técnica nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), <u>quando se tratar de OBRA - (Excetuando no caso de compras de bens)</u>	Área Demandante	
17	(* Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, obrigatórios e já apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de três meses da data de apresentação da proposta	Área Demandante	
18	(* Certidão negativa de falência ou concordata, ou de recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica	Área Demandante	
19	Justificativa fundamentando a escolha do fornecedor do bem, do executante da obra ou do prestador de serviços escolhido	Área Demandante	



20	Parecer técnico (<i>se houver necessidade para fundamentar a escolha do contratado</i>)	Área Demandante	
21	Justificativa do preço, que pode ser realizada através de pesquisa de mercado, no mínimo três, ou 03 contratos, ou 03 notas de empenhos, estes últimos com o mesmo objeto ou similar. <i>OBS: No caso de pesquisa de mercado, no mínimo 03 cotações de preços:</i> <ul style="list-style-type: none"> Assinatura e carimbo do servidor que realizou a cotação Mapa de preços assinado e carimbado As propostas devem vir no original, no caso de não ser via internet, com identificação completa da empresa que está cotando o preço 	Área Demandante	
22	Espelho do MAPP aprovado (apenas nos casos de investimento)	Área Demandante	
23	Declaração de Capacidade Financeira – COGEFFOR (apenas nos casos de custeio)	Área Demandante	
24	CI solicitando dotação orçamentária	Área Demandante	

PASSO 02	25	NAD (Nota de Autorização de Despesa)	Cegef (Coafi)	
	26	Despacho informando dotação orçamentária	Cegef (Coafi)	
	27	Parecer Jurídico	COJUR	
	28	Ofício enviando para PNAFM	COJUR	
	29	Despacho padrão do PNAFM e jurídico <ul style="list-style-type: none"> Informando consonância com o projeto Informando Dotação e MAPP 	PNAFM	
	30	Autorização do Secretário de Finanças	PNAFM	
	31	Ofício encaminhando para análise da PGM nos casos de inexigibilidade e os casos de dispensa, excetuando as hipóteses do art. 24, I e II, da Lei nº 8.666/93	COJUR	
	32	Parecer Jurídico	PGM	
	33	Elaboração do Termo de dispensa	COJUR	
	34	Ofício encaminhando termo para publicação DOM e DOU	COJUR	
	35	C.I informando servidores que irão compor a Comissão Técnica de Recebimento de Itens e a fiscalização do contrato	COAFI	
	36	Minuta e extrato do contrato	COJUR	
	37	Ofício solicitando publicação do extrato do contrato no DOM e DOU	COJUR	
	38	Ordem de serviço/fornecimento	Área Demandante	
39	Nota de empenho	Cegef (Coafi)		



40	Nota Fiscal	Comissão Técnica	
41	Termo de Recebimento Definitivo (TRD)	Comissão Técnica	

(*) Juntada aos autos do original ou cópia autenticada ou conferida com o original (*situação em que deve haver a declaração nos autos do servidor que atesta a veracidade das cópias*) dos documentos de habilitação, que devem estar com data válida.

OBS: Quanto for inexigibilidade de licitação por exclusividade do fornecedor, acostar declaração de exclusividade fornecida pelo registro do comércio do local onde será realizada a contratação de bens, obras ou serviços, ou pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou ainda por entidades equivalentes